

Luís Eulálio admite descrédito

São Paulo — O presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, admitiu ontem que existe descrédito de alguns empresários com relação ao Governo, mas destacou que “essa não é a posição da Federação das Indústrias, que foi avisada com antecedência dos problemas que deveriam ocorrer. Acho que não houve sonegação de informações aos empresários e antes das eleições (de novembro) eu reuni 60 deles na FIESP para falar dos problemas que teriam que enfrentar”.

Após o almoço anual da FIESP, Luís Eulálio Vidigal demonstrou otimismo quanto ao êxito do Governo em 1983, mas previu uma “desgraça para o setor de bens de capital tal como ocorreu em 1982. O Governo também avisou este setor das dificuldades que iria enfrentar em 1982. Para o próximo ano, essa desgraça poderá transformar-se em quebra de outras empresas do setor.”

Austeridade, a saída

O empresário considerou que a austeridade é a única saída do Governo para enfrentar a atual crise. Sobre a recessão de 1981, ele observou que “se ela não deu frutos, pelo menos não deixou que a árvore morresse”.

Em seu discurso aos empresários e jornalistas, no edifício-sede da FIESP (Avenida Paulista, 1313), o presidente da Federação das Indústrias afirmou ser “forçoso reconhecer que não existe mais uma ordem econômica mundial,

que assim possa ser chamada, mas, sim, uma situação caótica dominada por falta de regras, e de compatíveis mecanismos de segurança”.

— Se é para achar culpados, prefiro ficar com o nosso brilhante professor Roberto Campos, que em recente entrevista afirmou: “Não adianta exercitarmos no esporte de atribuir a culpa da atual crise econômica do país a um ou a outro. Nós todos somos culpados, principalmente porque não nos ajustamos à crise do petróleo na hora certa. Agora, não há como fugir. Não existem fórmulas mágicas, nem mesmo o famoso jeitinho brasileiro vai funcionar” — assinalou.

Defendendo um maior entrosamento entre a iniciativa privada e o Governo para identificar e estimular a produção interna daquilo que efetivamente possa substituir importações, Luís Eulálio Vidigal acha necessário também uma política de juro real adequada para as necessidades de sobrevivência e expansão da indústria brasileira; uma política monetária e creditícia mais realista e independente das fontes externas de financiamento, praticamente fechadas para o setor privado desde a guerra das Malvinas; uma política fiscal coerente que elimine gradualmente os subsídios, racionalize os gastos do setor público mas que não asfixie a empresa privada nacional e iniba a criatividade empresarial indispensável à superação da crise cambial.